

Senhores Membros do Conselho de Administração do BM;
Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
Senhores Administradores Delegados das Instituições Financeiras;
Distintos Convidados;
Minhas Senhoras e
Meus Senhores

*Introdução e
Saudações*

Permitam-me, antes de mais, agradecer, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome pessoal, a vossa presença neste habitual encontro de fim de ano, para juntos fazermos o balanço do ano de 2008, e apresentar as nossas perspectivas e os desafios que nos esperam para o próximo ano.

Aproveito este momento para manifestar o nosso profundo apreço às instituições do Governo, às instituições financeiras que operam no nosso País, à comunidade empresarial, à comunidade académica, à comunicação social e, de uma maneira geral, a todo o público, pela inestimável colaboração que nos têm prestado, que em muito contribui para que cumpramos com tranquilidade a nossa missão de Banco Central da República de Moçambique.

Gostaria de expressar, de forma especial, o nosso reconhecimento ao Governo, por ter sabido tomar, em tempo oportuno, as medidas de socorro e alocar recursos para aliviar o sofrimento de milhões de compatriotas que no início do ano foram afectados pelas cheias do vale do Zambeze. Saudamos também a firmeza do nosso Governo quando ao longo do ano foi chamado a tomar um conjunto de medidas arrojadas para minimizar o impacto da difícil conjuntura internacional que caracterizou o ano de 2008. Estas medidas revelaram-se oportunas e eficazes para atenuar o impacto das diferentes crises que nos abalaram, nomeadamente, a alta dos preços dos cereais, a crise do preço do petróleo e seus derivados e, mais recentemente, a crise financeira internacional. Apraz-nos constatar que o poder de compra das nossas famílias foi satisfatoriamente salvaguardado e novas sinergias foram

orientadas para a exploração, em escala maior, do imenso potencial de produção agrícola que o nosso País possui.

As medidas que o nosso Governo tomou acabaram também por criar novas oportunidades de negócio para os agentes económicos e novas perspectivas para, a prazo, continuarmos a direccionar esforços para reduzir a pobreza absoluta e a elevada dependência externa.

Felicitemos o Governo e os nossos parceiros de cooperação, bilateral e multilateral, por terem concluído, ainda no decurso deste ano, o pacote de financiamento ao Orçamento de Estado para 2009, instrumento fundamental da nossa política económica e importante veículo sinalizador para o ambiente de negócios e para o processo de formação de expectativas.

Ainda nesta esteira, saudamos os Conselhos de Administração do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial por terem reafirmado o seu cometimento para com o programa que Moçambique mantém com estas instituições financeiras internacionais. Em 2008, fomos brindados pelas honrosas visitas do Presidente do Banco Mundial e de Directores Executivos do FMI. Saliente-se também que no presente ano acolhemos, pela primeira vez, a Reunião Anual do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. Estes eventos demonstraram, mais uma vez, a confiança da comunidade internacional para com as políticas do nosso Governo e acrescentaram valor à nossa estratégia de redução da pobreza absoluta.

Minhas Senhoras Meus Senhores

O ano de 2008 ficará registado na história económica mundial como o da pior crise económica da era pós-globalização. Para além da crise mundial dos preços dos produtos alimentares, com destaque para os cereais, e da crise do preço internacional dos combustíveis com que nos debatemos este ano, em finais de Agosto, a crise de crédito despoletada com as *subprime* do mercado hipotecário nos EUA, em 2007, atingiu o seu apogeu. Pelo efeito contágio, a crise financeira internacional rapidamente

se espalha por todos os países do nosso planeta e a sua face mais recente está associada ao espectro da recessão económica global.

Ao longo do ano, observámos as dificuldades enfrentadas por instituições financeiras de grande vulto, incluindo a falência de algumas, nos EUA, na Zona do Euro e no Reino Unido e a consequente quebra de confiança dos investidores, fazendo com que os índices bolsistas de todo o mundo recuassem para níveis de há vinte anos. A recessão da economia mundial ganha proporções alarmantes; nos países economicamente mais desenvolvidos, a actividade económica tem vindo a declinar, sendo assim admissível esperar que os preços das mercadorias tenderão para um nível de equilíbrio mais baixo.

Para fazer face à crise, os Governos das principais economias do mundo responderam com medidas excepcionais e concertadas, injectando liquidez no sistema, participando no capital de grandes conglomerados financeiros afectados pelo risco de falência por contrapartida de nacionalização. Não há memória, na época pós-globalização, deste formato e magnitude das intervenções encetadas pelos Governos. Perante a difícil conjuntura financeira internacional, os principais bancos centrais ajustaram em baixa as suas taxas de juro de política, colocando-as no inesquecível patamar da armadilha de liquidez teorizada nos anos da grande depressão por John Maynard Keynes.

Ainda assim, os sinais mais recentes são de que a crise mundial prevalece. Países da Zona do Euro, o Reino Unido e o Japão entraram já em recessão técnica, pelos dados reportados ao III trimestre de 2008.

As previsões sustentam que o crescimento moderado da economia mundial terá como *pivot* as economias de mercados emergentes e os países do continente africano, onde se espera um crescimento de 5.2% em 2008, menos 90 pontos base em relação a 2007 e 4.7% em 2009, sendo que para a África Sub-Sahariana, as previsões apontam para uma expansão anual de 5.5% em 2008 e 5.1% em 2009.

Na nossa região, a situação na África do Sul foi em 2008, particularmente preocupante, com destaque para a inflação, que se manteve, durante

todo o ano, acima do limite máximo da banda estabelecida pelas autoridades como meta e o Banco Central deste país teve que colocar a sua taxa de juro de política no patamar dos 12%, em face da aceleração do nível geral de preços.

Nos restantes países da região, assistiu-se também a uma aceleração da inflação para níveis superiores aos previstos no plano de convergência macroeconómica da SADC, que estabelece a meta de um dígito até ao ano de 2008, a reflectir o impacto da alta dos preços dos cereais e do petróleo no mercado internacional e seu impacto nos índices de preços no consumidor.

Na nossa região, em geral, as moedas dos diferentes países comportaram-se de forma mista ao longo do ano. Com efeito, nos primeiros nove meses, a tendência foi de apreciação contra o Dólar; nos meses seguintes, face ao fortalecimento do Dólar no mercado internacional, observámos uma evolução no sentido de depreciação.

A deterioração da inflação na África do Sul afectou a generalidade dos países vizinhos, incluindo Moçambique, com um volume de importações significativas deste país, muitas das quais assumem um peso de relevo no cabaz do índice de preços no consumidor. Todavia, há que assinalar o efeito amortecedor da apreciação do Metical relativamente ao Rand.

A evolução dos acontecimentos políticos no Zimbabwe continua desfavorável ao funcionamento da economia daquele país, pondo em causa os objectivos estratégicos da SADC, que são de um crescimento do PIB robusto e de estabilidade política e económica, com inflação baixa e controlada. Mais ainda, a intensificação do fluxo migratório do Zimbabwe para os países vizinhos cria dificuldades económicas e sociais acrescidas em toda a região.

Minhas Senhoras Meus Senhores

A crise que afecta o sistema financeiro internacional vai ter reflexos directos e indirectos na economia moçambicana, que se caracteriza de pequena no contexto da economia mundial, mas com um elevado grau de

abertura. A par das medidas que o nosso Governo tomou e que tive a oportunidade de destacar, o Banco de Moçambique colocou à disposição do mercado, em 2008, USD 673 milhões, ou seja, mais 265 milhões do que em 2007, visando assegurar a estabilidade cambial, num ambiente internacional de alta dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis.

A redução das taxas de juro internacionais, a corrosão dos títulos transaccionados no mercado financeiro e a volatilidade do Dólar americano exigiram do nosso lado cautelas redobradas para minimizar a deterioração das reservas internacionais do País, através de medidas de maior flexibilização e diversificação da nossa carteira de divisas.

Na qualidade de supervisores do sistema financeiro moçambicano, tomámos as medidas prudenciais e de persuasão adequadas, para garantirmos que as instituições de crédito reforcem os seus indicadores no quadro dos normativos de Basileia I e se acautelem do efeito contágio da crise financeira internacional.

O programa para o exercício económico-financeiro de 2008 estabelecia uma meta de crescimento económico de 7%, uma inflação anual de um dígito e um nível de reservas internacionais suficientes para cobrir 4.5 meses de importações de bens e serviços não factoriais. Os objectivos do programa monetário para a consecução daquelas metas eram de uma expansão do agregado de moeda mais amplo não superior a 17.5% e um crescimento da Base Monetária - nossa variável operacional, na vizinhança dos 10.1% até ao final do ano.

No quadro da nossa estratégia, anunciámos para 2008 outras acções, que incluíam (i) a necessidade de trabalharmos em conjunto com as instituições financeiras tendo em vista reduzir os custos dos serviços bancários, (ii) prosseguir o aperfeiçoamento da gestão da política monetária e, (iii), criar condições para que todas as instituições passassem a reportar as suas contas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), para além do prosseguimento

da expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais e implementação da Lei do Sistema Nacional de Pagamentos.

Minhas Senhoras Meus Senhores

Apesar de uma conjuntura internacional desfavorável, o ano de 2008 vai encerrar com resultados bem mais animadores do que os factores exógenos poderiam determinar, graças ao empenho de todos em vencer os desafios deste ano.

*Desempenho
Económico e
Financeiro
Interno em
2008*

Dados preliminares, publicados pelo INE, referentes ao desempenho do PIB durante os primeiros nove meses do ano, indicam que a economia registou um crescimento de 6.8%, 2.9 pontos percentuais acima do registado em Setembro de 2007, o que mostra que, apesar de todas as adversidades, o crescimento económico neste ano não se afastará significativamente das recentes previsões do Governo, anunciadas no Parlamento. O facto de a expansão da actividade económica estar a ser sustentada pelos sectores de construção, serviços de intermediação financeira, transportes e comunicações e indústria de extracção mineira, merece destaque, dado o seu forte efeito multiplicador sobre o emprego e o crescimento económico.

O elevado volume de vendas que efectuámos no Mercado Cambial Interbancário, que totalizaram USD 673 milhões, superou em muito os USD 409 milhões colocados em 2007, em resposta ao aumento da procura associada à alta dos preços dos cereais e dos combustíveis. Se bem que com impacto nas nossas reservas internacionais, lográmos com esta medida assegurar a estabilidade do Metical e reforçar a confiança no nosso mercado. A estabilidade cambial concorreu para otimizar as medidas fiscais e orçamentais adoptadas pelo Governo para fazer face à crise, e no seu conjunto, amorteceram o impacto dos choques externos sobre preços domésticos, ao longo do ano.

Com efeito, dados disponíveis indicam que até Novembro de 2008 a inflação acumulada se situou em 5.7%, tendo a inflação homóloga

desacelerado de 10.75% em Setembro para 8.62% em Novembro, níveis que, conjugados com a tendência mais recente de queda dos preços dos combustíveis e dos cereais, nos levam a estar optimistas quanto ao comportamento da inflação neste ano.

Para além de baixarmos a taxa da Reserva Obrigatória para 9%, em 2008, visando transmitir ao mercado o sinal de maior confiança quanto à trajectória da inflação e das taxas de juro do mercado, reduzimos em Janeiro, as nossas taxas de intervenção, colocando a taxa da Facilidade Permanente de Cedência em 14.50% e a taxa da Facilidade Permanente de Depósito em 10.25%. No MMI, descontinuámos os Leilões de Depósito e substituímo-los por operações de *reverse repos* para prazos de 1 a 6 dias. Em Julho, introduzimos as operações de venda definitiva dos *reverse repos* entre o BM e os bancos comerciais e entre estes, e ainda as operações de compra de títulos com acordo de revenda (*repos*) entre o BM e os bancos comerciais.

A nossa intervenção nos mercados interbancários, monetário e cambial, permitiu conter a expansão da Base Monetária, nossa principal variável operacional, colocando-a na linha do nosso programa monetário, sem, no entanto, prejudicar o financiamento à economia, pois o crédito bancário ao sector privado, excluindo o crédito intercalar destinado às empresas gasolinehas, registou, até Outubro de 2008, um fluxo acumulado de 9,213 milhões de Meticais, equivalente a uma variação anual de 36%. O agregado de moeda mais amplo, constituído por notas e moedas fora do Banco de Moçambique mais a totalidade dos depósitos denominados em moeda nacional e estrangeira, expandiu no ano em redor dos 22%, ligeiramente acima das assumpções feitas no nosso modelo de programação.

Minhas Senhoras Meus Senhores

Nos primeiros nove meses do ano, a posição externa do País medida pelo saldo da Conta Corrente agravou-se em 39%, comparativamente ao período homólogo de 2007, em face de um aumento mais acentuado das importações, comparativamente às exportações. Até Setembro, o País exportou bens no valor total de USD 1,953 milhões, contra importações

de USD 2,497 milhões, sendo de destacar que a factura de combustíveis foi de USD 582 milhões segundo dados reportados a 15 de Dezembro, contra aproximadamente USD 370 milhões em todo o ano de 2007.

A nossa balança de pagamentos revela que até Setembro de 2008 as exportações tradicionais, que excluem a parte dos grandes projectos, cresceram 6.5%, para USD 490.3 milhões, muito inferiores ao volume de importações de bens sem os grandes projectos, evidenciando assim a elevada dependência externa da nossa economia.

*Desenvolvi-
mentos do
Sector
Externo em
2008*

Apesar da magnitude de intervenções que realizámos no mercado cambial em 2008, as reservas internacionais líquidas aumentaram em USD 73 milhões, para um saldo de USD 1,576 milhões, até 15 de Dezembro de 2008, o que está em linha com o objectivo final de acumulação de reservas suficientes para cobrir, pelo menos, 4.5 meses de importações de bens e serviços não factoriais, incluindo os grandes projectos.

A acumulação de reservas decorreu da entrada significava de fundos externos, que totalizou até Setembro USD 1,248 milhões, dos quais, 648.8 milhões na forma de donativos para a Administração Central e USD 510 milhões em Investimento Directo Estrangeiro.

Minhas Senhoras Meus senhores

*Sector
Financeiro*

Apraz-nos constatar que a crise financeira internacional não teve, até ao momento, um impacto directo significativo nas instituições financeiras que operam no nosso País, mantendo-se o nosso sistema robusto, devidamente capitalizado e com gestores à altura dos riscos associados à actividade financeira, a quem endereço votos de encorajamento para que continuem a manter o profissionalismo e rigor, num ambiente cada vez mais incerto e volátil.

Os principais indicadores do nosso sistema bancário, reportados ao mês de Setembro de 2008, mostram que o crédito malparado se situou abaixo de 1% e o rácio de solvabilidade em 14%, bem acima dos 8% preconizados nos termos de Basileia I e dos 12% de Basileia II. Tal como

programado, todas as instituições de crédito passaram a produzir os seus relatórios e contas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) o que nos coloca no grupo de países africanos da primeira linha, nesta matéria.

A expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais continua a ser um objectivo estratégico. Desde o início do ano, registámos a entrada em funcionamento de 2 novas instituições bancárias e autorizámos a abertura de 70 novas agências bancárias em todo o País, incluindo postos móveis, tendo o total de balcões aumentado para 344, servindo 44 distritos, contra 28 quando lançámos este desafio, em princípios de 2007. Ao longo deste ano, autorizámos ainda o funcionamento de 4 organizações de poupança e empréstimo, 17 operadores de microcrédito e 5 microbancos.

No quadro do desafio que lançámos de redução dos custos de intermediação financeira, iniciámos um projecto de trabalho conjunto com a Associação Moçambicana de Bancos, visando a harmonização da tabela de taxas e comissões. Ainda neste domínio, está em curso um estudo visando o estabelecimento de uma Sociedade Interbancária de Serviços em Moçambique para assegurar a interoperabilidade das diferentes redes de pagamento electrónicas existentes e o processamento de todas as transacções de retalho através de um *switch* doméstico único.

A nível do sistema nacional de pagamentos, no ano em revista a Assembleia da República aprovou a respectiva Lei (Lei nº 2/2008), estando assim criado o quadro legal para a operacionalidade das várias componentes do sistema, incluindo o subsistema de liquidação de transferência por grosso em tempo real. Neste momento, decorre a regulamentação desta lei.

Destacamos igualmente a aprovação pela Assembleia da República, em Outubro último, da nova Lei Cambial, que, uma vez promulgada, revogará a Lei nº 3/96, de 4 de Janeiro.

A nova Lei consagra a liberalização das transacções correntes num quadro de melhor captação, pela Autoridade Cambial, de informação imprescindível a uma cada vez melhor gestão da posição externa de

Moçambique, de conformidade com a prática existente na generalidade dos países da região.

Minhas Senhoras Meus Senhores

*Perspectivas
e Desafios
para 2009*

O nosso principal objectivo é o de preservar o valor da nossa moeda, o Metical, consubstanciado numa inflação baixa e estável em consonância com a política do Governo.

No ano que se avizinha, a nossa actuação tomará em conta a evolução da conjuntura internacional, que poderá afectar rubricas sensíveis da nossa balança de pagamentos, como a procura global pelas exportações de bens e serviços moçambicanos e o fluxo de investimento directo estrangeiro no País.

A política monetária em 2009 continuará a ser desenhada de conformidade com os objectivos de política macroeconómica definidos pelo Governo, que prevêem um crescimento económico de 6.2%, uma inflação anual de 7% e uma posição das reservas internacionais líquidas que garanta 4.6 meses de cobertura de importações totais, quando incluídos os grandes projectos. Os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária de 16.1%, compatível com um crescimento do crédito à economia de 25.7% e uma expansão da Base Monetária, nossa variável instrumental, de 11%.

Temos pela frente numerosos e complexos desafios, sendo de destacar os seguintes:

- Continuar a melhorar a gestão da política monetária, reforçando a nossa capacidade de previsão e de resposta tendo em vista minimizar os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira e aumentar a eficácia das nossas políticas;
- Introduzir as operações de compra de títulos com acordo de revenda (repos) no segmento interbancário (entre os bancos comerciais), instrumento que se pretende que assuma maior protagonismo no mercado monetário interbancário;

- Institucionalizar um Código de Conduta único para os Mercados Interbancários de modo a reger o comportamento dos operadores e contribuir para elevar os valores éticos e deontológicos que se exige destes num ambiente de competitividade saudável, quer no segmento cambial, quer no segmento monetário;
- Tendo em vista flexibilizar as operações de mercado aberto, tencionamos reduzir o montante mínimo das operações em mercado primário, com o Banco de Moçambique e nas transacções entre bancos;
- Continuar a fortalecer o nosso papel de supervisor e regulador do sistema financeiro, através da supervisão baseada no risco;
- Garantir a entrada em pleno funcionamento do sistema de pagamentos por grosso em tempo real como forma de promover uma maior rapidez na movimentação de fundos na economia;
- Em parceria com as instituições de crédito, prosseguir o esforço de bancarização da economia nacional e a busca de preçários de serviços financeiros mais transparentes e competitivos, contribuindo assim, para que os custos da intermediação financeira não sejam um obstáculo ao esforço da bancarização do país;
- Participar na regulamentação da Lei Cambial, processo que contamos envolver todos os actores, incluindo o sector privado.
- A nível da SADC, continuar a dar a nossa contribuição tendo em vista o alcance dos objectivos de convergência macroeconómica, particularmente, no que se refere à inflação, harmonização de práticas e procedimentos e do quadro legal que governa os bancos centrais da região.

Minhas Senhoras Meus Senhores

São enormes os esforços a enfrentar em 2009, tomando em conta os prognósticos de uma conjuntura internacional adversa e incerta. Ainda assim, acreditamos na imensa capacidade dos moçambicanos e das nossas instituições de encararem os riscos que se vislumbram como oportunidades de optimizarmos as nossas potencialidades, produzindo mais para suprir as necessidades do mercado interno, diversificando os nossos produtos de exportação, explorando novos mercados e parcerias.

Ao terminar, renovo os meus agradecimentos a todos vós, aos agentes económicos, a sociedade em geral e a comunidade internacional. Juntos poderemos encarar com optimismo o futuro, fazendo o nosso melhor para o desenvolvimento económico e social do nosso País.

A todos os presentes e respectivas famílias, aos quadros, trabalhadores e colaboradores do Banco de Moçambique e do sector financeiro, bem como as suas famílias, formulo votos de festas Felizes e um Ano Novo Próspero.

Convido-vos que me acompanhem num brinde à saúde de todos nós e à saúde do sistema financeiro moçambicano.

Muito Obrigado.